

<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i252.4086>

Reconhecido em convenções e acordos internacionais, o direito de todos à educação é, na atualidade, formalmente garantido pela legislação de praticamente todos os países, o que permite, em casos de violação, que ele seja exigido pelos cidadãos junto a instituições políticas e jurídicas. Essa prerrogativa é necessária, pois a declaração formal desse direito não assegura linearmente sua vigência, sobretudo em sociedades desiguais em que determinados grupos estão sujeitos a discriminações, o que faz com que sempre resida nas leis uma dimensão de luta por igualdade e justiça (Cury, 2002, p. 247). A exigência de direitos requer consciência dos titulares, o que implica educação para a cidadania, necessária tanto no que se refere aos direitos universais quanto aos direitos diferenciados de grupos minoritários.

Analizados pela lente da dinâmica societária, os direitos são a expressão de uma sociabilidade permeada pela alteridade, pela solidariedade e pelo reconhecimento de todos como sujeitos de reivindicações e interesses legítimos, em que se estabelece uma regra de reciprocidade que oferece critério ético para a justa mediação de conflitos (Telles, 1994, p. 91-92). Tal cultura pública democrática necessita ser edificada e nutrida continuamente, renovada e transmitida às novas gerações, sendo a educação um dos terrenos férteis para seu cultivo.

Ao pautar temas candentes relacionados aos direitos humanos, como a violência contra a mulher (2015) e a intolerância religiosa (2016), as redações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) têm contribuído para que o

sistema educativo se ocupe, nessa etapa da educação básica, da formação para a cidadania democrática da juventude, com impacto também na opinião pública, alcançada pelo debate desencadeado pelo exame multitudinário.

Promotor do Enem, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) causou surpresa ao pautar, em 2017, um tema que até então tinha pouca visibilidade pública: a formação educacional de surdos no País. Em um número com grande diversidade de assuntos e abordagens, os editores escolheram o artigo sobre essa temática para abrir a RBEP 253. De autoria de quatro pesquisadores paraibanos, o trabalho aborda os desafios para a educação das pessoas surdas no Brasil, captados mediante depoimentos de pessoas que realizaram a edição de 2017 do exame.

Ainda na senda que relaciona diferença e justiça no ambiente escolar, o pesquisador espanhol Fernando Villa faz um balanço das pesquisas sobre violência e assédio, em que questiona a percepção de crescimento desses fenômenos, avaliando que o inadequado dimensionamento do bullying dificulta a adoção de medidas efetivas de prevenção e de tratamento pedagógico e jurídico da questão.

Maria Emiliania Lima Penteado e Wanda Maria Junqueira Aguiar apresentam uma metodologia de pesquisa analítico-interpretativa centrada nos núcleos de significação que os sujeitos atribuem a questões mediadoras. A exposição do método é realizada com base em relato de pesquisa colaborativa desenvolvida em processo de formação de docentes e gestores educacionais da capital paulistana.

A temática da infância e da educação infantil surge neste número da RBEP em dois estudos. As docentes gaúchas Kelly Werle e Cláudia Ribeiro Bellochio evocam memórias infantis da leitura de uma obra literária para tecer considerações sobre a infância como categoria sociológica. Já as professoras paranaenses Daniela Gureski Rodrigues e Daniele Saheb recorrem ao pensamento de Edgar Morin para valorizar a presença da educação ambiental nas diretrizes curriculares para a educação infantil, examinadas em suas convergências com as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental.

Este número da RBEP apresenta ainda outros dois artigos que abordam a formação acadêmica de professores nas instituições de ensino superior. Intitulado Pedagogia Líquida, o ensaio de Cláudia de Medeiros Lima utiliza a metáfora cunhada pelo sociólogo Zygmunt Bauman para qualificar como fluida a identidade dos cursos de pedagogia no Brasil e as diretrizes que os regulamentam – o que a autora relaciona criticamente às reformas educacionais ocorridas na América Latina a partir de 1990.

As pesquisadoras portuguesas Irene Barros, Ana Rita Pacheco e Paula Batista investigam a construção da identidade profissional e dos saberes da experiência nos momentos iniciais de estágios realizados por universitários que cursam educação física na cidade do Porto, em Portugal.

Também versando sobre o ensino superior, o estudo de Elisângela da Silva Santos aborda a relevância do ensino de sociologia para a formação de trabalhadores da saúde e faz indicações de tópicos, autores e abordagens

teóricas da disciplina que podem contribuir para a instrução superior dos profissionais de enfermagem.

Refletindo o singular contexto de integração da comunidade europeia, a autora espanhola Joseja Rodriguez Pulido contribui para a reflexão sobre o ensino superior com um artigo que trata dos desafios da gestão integral das instituições no contexto de internacionalização, envolvendo redes de pesquisa, mobilidade docente e discente e unificação de critérios para equivalência de qualificações e títulos.

O estudo de Natalia Nascimben Delmondi e Vinícius Pazuch realiza uma contribuição ao ensino de matemática, apresentando uma revisão sistemática da literatura das últimas cinco décadas e um mapa das tendências de pesquisa sobre o ensino de transformações geométricas, cujas limitações podem, na opinião dos autores, ser superadas pelo aperfeiçoamento da formação de docentes.

O intento de proporcionar uma formação voltada ao exercício da alteridade e ao respeito à diversidade sociocultural brasileira também está presente no relato de experiência de Fagner Carniel e Eliane Sebeika Rapchan, que analisam o lugar ocupado pela antropologia nos currículos da educação básica, propondo o emprego de narrativas etnográficas como recurso didático para que estudantes entrem em contato com a pluralidade dos grupos humanos e construam o conceito de cultura.

Fecha este número o relato de experiência que também aborda a formação de professores de nível superior: Joice Eloi Guimarães sistematiza a experiência de participação em projeto de cooperação internacional do governo brasileiro e discute o ensino da língua portuguesa nos cursos de extensão e formação de professores do Timor-Leste, ponderando a política linguística nacional e o complexo contexto plurilíngue daquele jovem país do sudeste asiático.

Assim, com um repertório variado de assuntos, tipos de narrativas e abordagens teórico-metodológicas, este número da RBEP brinda os leitores com um conjunto de artigos, ancorados na pesquisa acadêmica, que estimulam a reflexão pedagógica e subsidiam as políticas e as práticas educacionais.

Editoria Científica

Referências

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

TELLES, V. S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-102.